

# **Prevenção de atrocidades em massa no contexto da crise migratória no Brasil**

## **Relatório final**

**sobre a população jovem migrante venezuelana em  
Boa Vista, Brasil**

**2021**

**Consultor externo: Manuel Gándara**

## Contenido

Introducción.....	3
1. Diagnóstico de la situación de los y las Jóvenes venezolanos en la ciudad de Boa Vista.....	4
1.1 Dificultades y desafíos en el acceso a derechos.....	6
1.1.1. Documentación y protección social.....	6
1.1.2 Empleo.....	7
1.1.3 Educación.....	8
1.1.4 Salud.....	9
1.1.5 Derechos políticos y culturales.....	10
1.1.6 Violencias y riesgos enfrentados por la población joven migrante venezolana.....	11
2. Legislación.....	12
2.1 Tratados y Convenciones.....	12
2.2 Legislación Federal.....	12
2.3 Otros marcos normativos.....	14
3. Políticas públicas y actores.....	14
3.1 Órganos del Gobierno Federal que participan de la Operación Acogida.....	15
3.2 Otros actores del Estado brasileño con actuación relevante:.....	16
3.3 Organismos Internacionales.....	16
3.4 Instituciones del Estado venezolano (Gobierno Guaidó):.....	17
3.5 Organizaciones de la sociedad civil en Boa Vista.....	17
4. Recursos y servicios.....	18
5. Elementos relevantes que deben ser considerados en relación a la respuesta a la migración venezolana.....	19
6. Recomendaciones a partir de la Identificación de factores de riesgo desde un enfoque de prevención de atrocidades.....	20
6.1 Recomendaciones.....	23
Anexo 1. Metodología y entrevistas.....	28

## **Relatório final sobre a população jovem migrante venezuelana em Boa Vista, Brasil**

### **Introdução**

A mobilidade humana é considerada um dos fenômenos característicos do século XXI. Infelizmente, tal mobilidade muitas vezes ocorre contra a vontade das pessoas e pode ser motivada por crises sociais, políticas, econômicas ou ecológicas que colocam em risco a segurança e a vida daqueles que são forçados a migrar. Quando o fenômeno da migração ocorre nestas circunstâncias, os fatores de vulnerabilidade das populações se multiplicam a tal ponto que os riscos de violação dos direitos humanos aumentam de forma preocupante. Esta realidade deve forçar todos os atores a buscar respostas efetivas. Neste contexto, o Instituto Auschwitz de Prevenção de Genocídio (AIPG) lançou um projeto que procura evitar que tais violações ocorram com a população migrante venezuelana, que hoje conta com mais de seis milhões de migrantes, refugiados e requerentes de asilo<sup>1</sup>, concentrados principalmente na América Latina e no Caribe, em condições de extrema vulnerabilidade. Este projeto, que tem sido realizado na Colômbia e na Venezuela nos últimos dois anos, agora também está sendo desenvolvido no Brasil. Este relatório responde a essa intenção, concentrando-se, dada a missão específica que caracteriza a AIPG, na prevenção de possíveis violações maciças dos direitos humanos da jovem população migrante venezuelana na cidade de Boa Vista.

Brasil é atualmente o quinto principal destino da migração venezuelana na região com 261.441 migrantes e refugiados.<sup>2</sup> A maioria desta população está concentrada no estado fronteiriço de Roraima, cuja capital é a cidade de Boa Vista. Este documento apresenta um diagnóstico da situação dos jovens migrantes venezuelanos em Boa Vista, os principais marcos regulatórios e de políticas públicas que regem a questão, um mapa dos atores envolvidos e dos serviços que estão sendo prestados em resposta à situação descrita, bem como as recomendações finais. Para a formulação deste relatório, foram consultados documentos oficiais, outros relatórios de atores estatais e não estatais, comunicados de imprensa, artigos e trabalhos acadêmicos; também foram realizadas 14 entrevistas com vários atores envolvidos na questão (funcionários públicos, membros de organizações da sociedade civil, jovens migrantes, etc.).<sup>3</sup>

### **1. Diagnóstico da situação de jovens venezuelanos e venezuelanas na cidade de Boa Vista**

Segundo estimativas da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), os jovens venezuelanos na cidade de Boa Vista representam aproximadamente 30% da população migrante. A situação deste grupo é muito heterogênea, pois combina diferentes situações de vulnerabilidade (migração, idade, sexo e orientação sexual, etnia, local de residência, estado de saúde etc.) que se reforçam mutuamente e apresentam diferentes particularidades de acordo com algumas categorias.

---

1 R4V. Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela. Cifras clave. En: <https://www.r4v.info/es/home>

2 R4V. Op. cit.

3 Ver anexo 1.

Primeiramente, podemos destacar a população jovem residente nos 14 abrigos administrados pela Operação Acolhia (OA) e que, em grande parte, tem seus direitos básicos cobertos e conta com uma série de serviços e garantias de alimentação, assistência médica, acesso à educação e diversos serviços. Esta categoria, que favorece as famílias, não inclui os homens solteiros, que constituem a grande maioria da população jovem de Boa Vista. Além disso, a população desses espaços constitui uma comunidade segregada, distante do resto da cidade e com poucos espaços de interação além da escola ou colégio, o que faz com que vários interlocutores a definam como um gueto.

Em relação à situação dos abrigos, é relevante a advertência emitida recentemente por membros da Comissão Nacional de Direitos Humanos, que expressaram sua preocupação com o sistema de abrigo em Boa Vista, uma vez que a Operação Acolhida planeja implementar uma nova diretriz que amplia o número de pessoas reunidas em um único abrigo para 1500 pessoas. A este respeito, os conselheiros advertiram: “Precisamos olhar com muito cuidado essa diretriz para verificar se sistema de abrigamento expandido não produzirá violações a direitos humanos. Hoje são pelo menos quatro abrigos destinados a indígenas, que serão unificados em dois. Pudemos identificar visivelmente a resistência deles, que afirmam não haver processo de consulta prévia respeitado.”<sup>4</sup> Da mesma forma, ao levantar os aspectos relevantes identificados durante sua visita à fronteira para determinar a situação dos migrantes venezuelanos no Brasil, os conselheiros expressaram sua preocupação com o procedimento seguido pela Operação Acolhida, na qual as famílias são separadas nos abrigos, o que leva alguns deles a preferirem permanecer nas ruas.

Apesar da recente criação por parte da UNICEF e outros atores dos denominados espaços “Súper Panas”, para os jovens que vivem em abrigos, algumas das principais dificuldades também têm a ver com a falta de espaços privados para estudo, lazer e outras atividades. Isto está diretamente relacionado com as altas temperaturas na cidade e a inadequação das barracas dos abrigos que superaquecem e impossibilitam a permanência no interior durante o dia. Além disso, adolescentes e jovens não são considerados uma prioridade dentro destes espaços: nem para os atores da OA nem para suas famílias que dão prioridade ao cuidado das crianças. Devido à escassez de atividades especificamente planejadas para adolescentes e jovens, um dos principais desafios nestes espaços é o uso do tempo, o acesso a atividades de lazer e prazer e a falta de perspectivas. Além disso, embora os abrigos devam ser espaços naturalmente seguros, existem vários relatos de uso e venda de drogas, violência física e abuso sexual cometidos principalmente em relação às mulheres e jovens LGBTQI+ em troca de alimentos ou sob ameaça de expulsão. Recentemente, houve também vários relatos de agressão e punição da população residente em um dos abrigos indígenas em Boa Vista. Essas reclamações resultaram em uma inspeção do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU), que destacou que nesses espaços havia um local específico para internar indígenas com problemas de alcoolismo, chamado de “cantinho da vergonha”<sup>5</sup>, e que há relatos de agressão

4 Conectas. Direitos Humanos. “Em missão a Roraima, CNDH realiza escuta de pessoas migrantes ou em refúgio”. En <https://www.conectas.org/noticias/em-missao-a-roraima-cndh-realiza-escuta-de-pessoas-migrantes-ou-em-refugio?fbclid=IwAR2-5UFdMvxRXVRwV9TxFEd2G-K4ArBGRawErS-YdIRpdZDgsQUbbfSWTeA>. Publicado em 12/11/2021.

5 Repórter Brasil. Castigos e hematomas: MPF reúne denúncias de abusos contra indígenas em abrigo do Exército em RR. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/08/castigos-e-hematomas-mpf-reune-denuncias-de-abusos-contraindigenas-em-abrigo-do-exercito-em-rr/> Publicado em 0/08/2021.

G1. Defensoria identifica 'cantinho da vergonha' para castigar indígenas venezuelanos em abrigo. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/08/09/defensoria-identifica-cantinho-da-vergonha-para-castigar-indigenas-venezuelanos-em-abrigo.ghtml> Publicado em 09/08/2021.

psicológica e física por parte de militares que atuam no abrigo Pintolândia. Um ponto importante nesses espaços é também a relativa falta de transparência e o escasso controle externo que contribui para agravar a vulnerabilidade desses grupos, para aprofundar os abusos e limitar o número de denúncias feitas.

Em segundo lugar, em condições de maior vulnerabilidade, está a população que vive nas 5 ocupações espontâneas e 7 espaços cedidos na cidade. Este grupo, embora tenha acesso a alguns serviços - na medida em que organizações internacionais, ONGs e órgãos locais organizam brigadas móveis ou abrem postos de atendimento permanente nestes espaços - vivem em condições muito precárias e enfrentam várias dificuldades para garantir sua alimentação e acesso a serviços básicos, como água potável e direitos como saúde e educação. Devido à gestão autônoma destes espaços, existem outros problemas como, por exemplo, a falta de aceitação dos membros do coletivo LGBTQI+ no caso de ocupações lideradas por pastores evangélicos ou pessoas fortemente ligadas a esta religião.

Um terceiro grupo de jovens vive em Boa Vista, geralmente em quartos e casas precárias na periferia da cidade. Esta população carece dos serviços prestados nos abrigos e ocupações, e não há políticas adequadas para promover sua integração na sociedade local. Finalmente, os grupos mais vulneráveis e aqueles mais expostos à pobreza e à fome, bem como a vários riscos e múltiplas violações de seus direitos são a população de rua e a população que transita e permanece nas proximidades da Rodoviária. Esses grupos incluem menores e adolescentes muitas vezes sem documentos, desacompanhados, e aqueles que estão separados de seus pais ou outros adultos responsáveis por seu crescimento, mas acompanhados por outras pessoas (membros da família ou não). Entre os jovens presentes nestes espaços, mulheres e jovens LGBTQI+ também se destacam por sua vulnerabilidade, assim como jovens com deficiências ou infratores. Outros grupos altamente vulneráveis nesta área são os menores em situação de trânsito, aqueles parcial ou permanentemente unidos em casamento ou união civil com um adulto, e as adolescentes grávidas ou mães solteiras. Finalmente, um dos grupos mais vulneráveis é o dos jovens indígenas. Abaixo veremos algumas das principais dificuldades e desafios enfrentados por estes grupos em relação ao acesso a seus direitos.

## **1.1 Dificuldades e desafios no acesso aos direitos**

### **1.1.1. Documentação e proteção social**

Ao contrário de outros países da região, no Brasil o acesso à documentação não é um dos principais problemas enfrentados pela população migrante e refugiada. Apesar das restrições impostas pela pandemia da Covid-19 e das dificuldades que podem encontrar em vários casos, tanto o acesso ao refúgio como a residência são garantidos por lei, assim como os documentos fiscais e trabalhistas como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a Carteira de Trabalho. Entretanto, deve-se observar que no processo de regularização migratória, a escolha de solicitar refúgio ou residência temporária nem sempre é devidamente informada. Em geral, os venezuelanos que entram em território brasileiro desconhecem as implicações, vantagens e desvantagens de cada um desses processos. Apesar de haver documentos explicativos, inclusive em espanhol, sobre ambas as opções, e de os funcionários nos pontos de entrada informarem os migrantes sobre as diferenças e os orientarem, eles muitas vezes escolhem uma ou outra opção com base em informações básicas obtidas de familiares ou amigos, a partir da sugestão de um funcionário ou porque há uma fila curta para fazer o pedido, sem estarem plenamente conscientes do impacto desta importante decisão sobre o presente e o futuro de suas vidas e de suas famílias no país. Além disso, a população que durante a pandemia, devido às restrições,

---

optou por entrar irregularmente no território está enfrentando vários problemas porque não tem um registro oficial de migração e isto às vezes o obriga a voltar à Venezuela para entrar de novo regularmente através da fronteira. O problema com este fenômeno é que, além dos riscos para sua saúde, ele envolve numerosos perigos, como extorsão ou exploração laboral e sexual para uma população já vulnerável. Além disso, embora existam vários avanços, como o desenvolvimento de um protocolo específico de atendimento para crianças e adolescentes, existe um grande problema de documentação em relação aos menores desacompanhados e separados, ou seja, acompanhados por um adulto que pode ser um familiar não responsável pelo seu cuidado, vizinho, um amigo ou seu parceiro, bem como vários casos de casamento infantil.

As dificuldades para estes grupos também residem no fato de que, mesmo que tenham parentes no Brasil, muitas vezes não podem viajar porque sua documentação está incompleta ou porque faltam documentos com fotografias, que até recentemente eram requisitos essenciais para a interiorização. Por outro lado, a falta de documentos de guarda para menores é outra causa que impede ou dificulta o processo de interiorização em vários casos. Além disso, o principal problema é que a falta de documentos sobre menores e as autodeclarações e certificações que muitos adolescentes e jovens apresentam poderiam favorecer sua captação por parte das redes do crime organizado e estão diretamente associados a atividades como a adoção ilegal, várias formas de "compra" de menores e o tráfico de pessoas para fins de exploração laboral e sexual.

Existem também alguns problemas específicos para a população indígena, cuja documentação oficial os reconhece como migrantes, mas não como indígenas (com exceção da população fronteiriça, que é reconhecida pelo Brasil). Em um contexto como o de Roraima, onde a população indígena local e estrangeira é vista como um problema, o não reconhecimento de sua condição indígena mina sua identidade, além de violar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Outros problemas relacionados à documentação incluem dificuldades na abertura de uma conta bancária. Este é particularmente o caso dos requerentes de asilo que, enquanto aguardam o resultado de seu pedido, recebem um protocolo provisório não reconhecido em vários bancos. Além disso, há dificuldades para encontrar emprego pelo mesmo motivo, problemas para tentar alugar um imóvel, complicações na matrícula de seus filhos nas escolas e até mesmo no recebimento de atendimento médico.

Com relação à proteção social, embora os menores e adolescentes venezuelanos recebam cuidados e sejam maioria em vários abrigos locais, o sistema de cuidado, recepção e assistência local é fraco e não beneficia os menores migrantes em todo o seu potencial. De vários pontos de vista, considera-se que existe uma lacuna entre a resposta migratória e o Estatuto da Criança e Adolescente -ECA.

Em relação às jovens mulheres migrantes, um dos serviços de maior destaque é a Casa da Mulher Brasileira de Roraima, subordinada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e fundada em fevereiro de 2020. Em seus dois anos de funcionamento, esta entidade já assistiu 711 mulheres venezuelanas em casos de violência psicológica, física, moral e sexual, mas vários interlocutores apontam para um grave problema de subnotificação da violência, bem como problemas de estigmatização e discriminação, especialmente quando as queixas são feitas por mulheres ou membros do coletivo LGBTQI+ que trabalham na prostituição.

### 1.1.2 Emprego

De acordo com Shamsuddin, et al.<sup>6</sup>, apenas 10% da população venezuelana em idade de trabalhar no Brasil tem acesso ao mercado de trabalho formal. Além disso, embora tenham o mesmo nível de escolaridade que os brasileiros, os adultos venezuelanos têm 64% menos probabilidade de trabalhar em empregos formais<sup>7</sup>. Como exemplo, em dezembro de 2019, havia apenas 19.000 venezuelanos empregados no setor formal.

Em Boa Vista, de forma semelhante à população local, um dos principais problemas enfrentados pelos jovens migrantes venezuelanos é a falta de emprego e os baixos salários, bem como a precariedade e informalidade dos poucos empregos que conseguem acessar nos setores agrícola ou de serviços. Entretanto, neste grupo há repetidos sinais de exploração no trabalho e de trabalho escravo com exaustivas jornadas de trabalho de 15/16 horas e a realização de tarefas como o carregamento de caminhões com caixas pesadas de produtos agrícolas ou comerciais por adolescentes em troca de pagamento mínimo e, muitas vezes, apenas em troca de alimentos. Há também várias histórias de jovens que são levados a trabalhar no interior em tarefas agrícolas e depois desaparecem, acabam como vítimas do tráfico de pessoas ou são inseridos no trabalho em condições análogas à escravidão. No caso das mulheres, além da exploração laboral em todos os setores, é necessário considerar o alto risco de abuso e exploração sexual, especialmente para aquelas que vão formalmente trabalhar em casas de família ou fazendas.

De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime<sup>8</sup>, os grupos mais vulneráveis ao tráfico são mulheres, crianças ou adolescentes desacompanhados ou separados; crianças e adolescentes; e a população LGBTQI+.

A falta de empregos, tanto formais quanto informais, e a necessidade de sobrevivência empurra muitos jovens para a prostituição nas ruas e em locais específicos da cidade. Esta é uma realidade comum no caso dos jovens LGBTQI+ que, além dos problemas de emprego, também enfrentam as dificuldades de uma sociedade conservadora e estruturalmente homo, lésbica e transfóbica que os rejeita por causa de sua condição. A prostituição é também um dos setores nos quais muitas jovens venezuelanas trabalham. Se trata de um grupo altamente sexualizado e estigmatizado, tradicionalmente conhecido como "las ochenta", em alusão à pronúncia do valor cobrado pelas primeiras mulheres venezuelanas que trabalharam no setor após a deterioração da situação em seu país de origem.

### 1.1.3 Educação

No Brasil, de acordo com o censo educacional de 2020, apenas 37.738 ou 45% dos venezuelanos em idade escolar estão matriculados na escola<sup>9</sup>. A maioria, portanto, carece de oportunidades fundamentais para o desenvolvimento pessoal e é vulnerável ao trabalho infantil, exploração econômica, casamento precoce e gravidez, bem como a outras formas de violência baseada no gênero (GBV)<sup>10</sup>. Além disso, os estudantes venezuelanos são mais propensos (68%)

---

6 Shamsuddin, Mrittika; Acosta, Pablo Ariel; Battaglin Schwengber, Rovane; Fix, Jedediah; Pirani, Nikolas. 2021. Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil. Policy Research Working Paper; No. 9605. World Bank, Washington, DC. World Bank. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35358>

7 Shamsuddin et al, 2021. Op. cit.

8 "Relatório Situacional Brasil: tráfico de pessoas em fluxos migratórios mistos, em especial de venezuelanos". Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). 2021. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics\\_TIP/Publicacoes/Relatorio\\_Situacional\\_Brasil\\_T4T.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/Relatorio_Situacional_Brasil_T4T.pdf)

9 Shamsuddin et al, 2021. Op. cit.

10 RMRP 2021. Plan de Respuesta Regional para Refugiados y Migrantes de Venezuela. R4V, 2021. Disponível em: <https://www.r4v.info/es/document/rmrp-2021-es>



a serem colocados em cursos abaixo de sua idade e escolaridade, em comparação com os brasileiros (53%)<sup>11</sup>. O acesso à educação formal é limitado, pois há poucos lugares disponíveis nas escolas locais.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação de Roraima (SETRABES), no final de 2019, apenas cerca de quatro mil refugiados e migrantes venezuelanos, incluindo crianças, jovens e adultos haviam se matriculado nas 134 escolas do sistema público estadual de educação. Entre eles, 3.194 são estudantes do ensino fundamental e médio. No entanto, esta população enfrenta inúmeros desafios, tais como o fraco conhecimento do português e a falta de conhecimento do espanhol por parte dos professores locais. Isto muitas vezes resulta em alunos colocados em classes bem abaixo de sua idade e educação na Venezuela. Isto contribui para agravar os problemas de racismo e discriminação que eles enfrentam nas escolas e colégios locais. Dois elementos que são considerados como um problema para este grupo são também a distância das escolas da residência de muitas famílias e a falta de internet e dificuldades de conectividade na cidade. O primeiro é exacerbado pela escassez de transporte público na cidade e pelos altos custos de viagem envolvidos no uso de transporte por aplicativos, enquanto o segundo se torna mais importante no contexto da pandemia que exige que as atividades escolares sejam realizadas remotamente.

No caso do ensino superior, embora de acordo com a OIM exista uma porcentagem entre 7 e 23% da população venezuelana com educação superior, o acesso à educação é ainda mais difícil, pois a legislação brasileira exige a revalidação no caso dos diplomas de graduação, ou reconhecimento no caso dos diplomas de pós-graduação obtidos no exterior.

#### 1.1.4 Saúde

Em relação à saúde, vale notar que os serviços locais são caracterizados como precários, com poucos recursos e com alta demanda, mesmo antes da chegada significativa da população venezuelana. Neste sentido, o afluxo contínuo de pessoas sem uma expansão das estruturas e recursos disponíveis contribui para aumentar a pressão sobre os serviços de saúde locais e cria a sensação de que eles estão sobrecarregados.

Em geral, uma das principais dificuldades enfrentadas pela população migrante venezuelana é a falta de conhecimento sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A diferença do sistema em relação à Venezuela, a falta de conhecimento sobre o mesmo e os problemas de comunicação resultantes de um fraco conhecimento do português (e do espanhol no caso do pessoal de saúde) impedem, por exemplo, que alguns migrantes e refugiados procurem assistência médica. No caso dos jovens, alguns dos principais problemas de saúde que os afetam são desnutrição, anemia ou deficiências de vitaminas e minerais devido à falta de alimentos ou a uma dieta pouco variada. Existem também problemas respiratórios, especialmente entre as crianças, tais como pneumonia e tuberculose. Surtos de sarampo e varicela também foram relatados entre a população que vive nos abrigos.

Entre os jovens, há também problemas de dependência do álcool e, cada vez mais, de dependência de drogas como o crack. O alcoolismo é um problema que afeta principalmente a população indígena adulta e jovem. Embora estes fenômenos também sejam registrados nos abrigos, mais uma vez, a população mais vulnerável é a que vive nas praças, nas ruas e nos arredores da Rodoviária. De fato, a população dos abrigos tem cuidados de saúde específicos dos médicos e brigadas de saúde da Operação. Isto, entretanto, gera uma situação dupla na qual existem, por um lado, serviços de saúde para venezuelanos administrados pela Operação Abrigo e, por outro, serviços de saúde regulares do SUS.

---

<sup>11</sup> Shamsuddin et al, 2021. Op. cit.



No caso da população indígena, especialmente em relação aos membros das comunidades Taruepang e Kariña que foram acolhidos nas aldeias indígenas locais de Roraima, existem também problemas específicos de acesso aos cuidados de saúde. Como eles não falam português e não são reconhecidos como indígenas brasileiros, esta população enfrenta dificuldades de acesso tanto ao SUS quanto aos cuidados prestados especificamente às comunidades indígenas locais. Eles também enfrentam problemas de reconhecimento de sua língua e sua identidade em geral, o que afeta seriamente sua saúde mental e, de acordo com vários entrevistados, os faz viver em uma espécie de limbo e sem perspectivas futuras. Esta condição de especial vulnerabilidade levou ao registro de vários casos de suicídio.

Em relação à saúde sexual e reprodutiva, há várias deficiências e atenção insuficiente por parte dos serviços oferecidos pelas entidades locais. Para preencher esta lacuna, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) tem suas próprias equipes de ginecologistas, enfermeiros e outros profissionais especializados em saúde sexual e reprodutiva que também realizam atividades de prevenção e treinamento contra a violência de gênero. Alguns pontos adicionais que merecem destaque em relação à saúde sexual e reprodutiva são a existência de casos de discriminação contra mulheres venezuelanas: há relatos em que, após o parto, várias mulheres pedem implantes de Dispositivo Intrauterino (DIU), mas seus pedidos não são atendidos. Além disso, várias mães com muitos filhos também enfrentam dificuldades em ter procedimentos cirúrgicos como a laqueadura, devido ao fato de que precisam da autorização de seus parceiros (negada em muitos casos) e aos limites de idade e avaliação psicológica determinados pela legislação brasileira. As adolescentes e mulheres jovens, assim como as mulheres indígenas, são outra categoria que, devido ao conservadorismo de suas famílias ou à cosmovisão de seus povos, enfrentam várias dificuldades para acessar informações corretas sobre a prevenção e o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, assim como métodos contraceptivos.

Finalmente, uma questão-chave é também a saúde mental dos migrantes e refugiados, que se agrava se considerarmos que, além de um período anterior de privação e problemas de vários tipos no país de origem, a população venezuelana em Boa Vista deve acrescentar a falta de acesso aos direitos e serviços básicos, bem como fenômenos como a xenofobia e a discriminação.

#### 1.1.5 Direitos políticos e culturais

Em Boa Vista, há uma presença visível de jovens e coletivos incipientes interessados em atuar em nível associativo em questões culturais e políticas como a organização de festivais de dança e música venezuelanos ou o desenho de políticas para a juventude. Um tema recorrente é também a demanda por atividades culturais e de lazer, essenciais para os jovens, mas pouco disponíveis na cidade.

Por outro lado, embora existam vários jovens venezuelanos ativos em organizações do terceiro setor, sua participação é limitada. Na verdade, a maioria deles trabalha voluntariamente e tem pouca capacidade de incidência, mas o número de organizações que começam a ouvi-los, incluir sua perspectiva e estimular a criação e o fortalecimento de sua liderança e capacidades políticas está começando a aumentar.

#### 1.1.6 Violência e riscos enfrentados pela jovem população migrante venezuelana

Como visto até agora, adolescentes e jovens venezuelanos estão expostos a múltiplas formas de violência e violação de seus direitos através das atividades promovidas por redes de tráfico de pessoas para exploração laboral, sexual ou outros tipos de exploração. Entretanto, um dos elementos mais urgentes é abordar o crescente recrutamento desta população por redes

específicas do crime organizado ligadas ao Primeiro Comando da Capital (PCC), a maior facção da América do Sul, em articulação com as facções venezuelanas.

Vários testemunhos concordam que há uma presença importante de menores e jovens neste processo e que as facções frequentemente recorrem a estes grupos devido ao seu desconhecimento da legislação brasileira e das consequências de suas ações. Os jovens desempregados, expostos à pobreza e à fome, são particularmente vulneráveis ao recrutamento pelo crime organizado, que os utiliza para diversas tarefas, tais como tráfico e venda de drogas. A este respeito, é digno de nota o número crescente de menores venezuelanos e jovens infratores em centros socioeducativos ou detidos em prisões locais.

Uma área onde muitos jovens circulam e que está particularmente exposta às ações do crime organizado é a Rodoviária, considerada por muitos como um lugar de exceção, descontrolada e sobre a qual se fala e se conhece pouco. De fato, na área ao redor desta rodoviária, tem se registrado de forma contínua assassinatos de jovens venezuelanos, de formas específicas diretamente ligadas ao modus operandi das facções, tais como execuções por tiroteio ou desmembramento. No entanto, deve-se notar também que nem todos os assassinatos de venezuelanos devem ser associados a este tipo de prática: em Roraima, há evidências de várias agressões e assassinatos em formas extremamente violentas também motivadas pela xenofobia. Embora a maioria das vítimas desses atos sejam geralmente homens adultos, existem também registros de jovens.

Outras formas específicas de violência que merecem atenção são as enfrentadas pelos membros do coletivo LGBTQI+ e pelas populações indígenas. No primeiro caso, um dos episódios mais marcados desta violência é o que ficou conhecido como a "Limpeza da Rodoviária" em 2020. Este processo envolveu a expulsão de jovens transexuais deste espaço, muitos dos quais tiveram que cortar seus cabelos e, em muitos casos, interromper seus processos de transição para não serem reconhecidos. Esta população é frequentemente discriminada e experimenta formas multidimensionais de violência tanto pela comunidade venezuelana quanto pela sociedade e, sobretudo, por organizações evangélicas que trabalham com a população venezuelana. Neste sentido, vale notar que poucas organizações locais trabalham com processos como o reconhecimento do nome social ou a conscientização e treinamento sobre os direitos do coletivo LGBTQI+. Por outro lado, no caso da população indígena, a falta de acesso à identificação de identidade e a escassez de programas e ações concebidos a partir de uma perspectiva intercultural em áreas como saúde, educação e alimentação também são evidentes.

Finalmente, tendo em mente que 2022 será um ano eleitoral, é necessário alertar sobre os riscos do uso político da migração por candidatos locais e nacionais. Como em ocasiões anteriores, é de se esperar uma retórica que vincula a migração venezuelana a "ameaças à segurança", ao mesmo tempo em que se descreve os chamados "privilégios" que a migração venezuelana desfrutaria. Na ausência de campanhas de comunicação e contramedidas, esta retórica xenófoba, juntamente com o papel da imprensa local em grande parte anti-imigração, pode contribuir para agravar a já difundida rejeição da migração venezuelana pela população local. Neste sentido, se nenhuma ação for tomada, podem ser esperados mais ataques xenófobos e múltiplas formas de violência contra migrantes e refugiados venezuelanos. No contexto da grave crise política e socioeconômica que o Brasil está enfrentando, e tendo em vista precedentes recentes, também poderiam ocorrer agressões coletivas a abrigos, ocupações ou bairros principalmente habitados por venezuelanos.

## 2. Legislação

O Brasil possui um marco regulatório suficiente e adequado para garantir os direitos dos migrantes e refugiados, alcançado tanto através do marco constitucional como graças às

disposições de todas as leis federais sobre o assunto, bem como através da assinatura de tratados internacionais sobre o assunto. A atenção à população migrante venezuelana também tem merecido um desenvolvimento jurídico específico. A situação da população jovem não tem o mesmo nível de cobertura, nem a atenção necessária que sua situação particular exige.

Os principais marcos regulatórios incluem o seguinte:

## 2.1 Tratados e Convenções

O Brasil é parte da Convenção Internacional relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e do Protocolo de 1967, e é membro do Comitê Executivo do ACNUR desde 1958. O Brasil também aplica a Declaração de Cartagena de 1984, que estabelece a ampliação da definição de refugiado. Esta definição inclui pessoas que fugiram de seus países porque suas vidas, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira, conflito interno, violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que perturbaram seriamente a ordem pública.

## 2.2 Legislação Federal

Constituição Federal: Art. 5. Todos são iguais perante a lei, sem distinção alguma, garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Lei Federal nº 9474/97 - Estatuto dos Refugiados: Define os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras disposições. Art. 1 Qualquer indivíduo deve ser reconhecido como refugiado que.... Devido à grave e generalizada violação dos direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para procurar refúgio em outro país.

Lei Federal Nº 13.445/2017 - Nova Lei de Migração. Estabelece os direitos e deveres dos migrantes e visitantes, regulamenta sua entrada e permanência no país e estabelece princípios e diretrizes para políticas públicas para migrantes. Art. 3 A política brasileira de migração é regida pelos seguintes princípios e diretrizes: I- universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos... VI- acolhimento humanitário. Art. 4 - Ao migrante em território nacional é garantida, em condições de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade, assim como: ... VIII acesso aos serviços de saúde pública e assistência social e à seguridade social, nos termos estabelecidos por lei, sem discriminação em razão de nacionalidade ou status migratório.

Os Decretos nº 9.277/18 e nº 9.199/2017 (que regulamentam a Lei de Migração de 2017) preveem a situação do requerente refugiado no Brasil e o Documento Nacional Provisório de Registro Migratório. É importante notar que o Decreto nº 9199/2017 foi publicado no dia da entrada em vigor da Nova Lei de Migração, contendo 318 artigos. Este número representa quase três vezes o número de artigos presentes na própria Lei.

Tabela 1. Instrumentos regulamentares para a federalização do acolhimento de refugiados e requerentes de asilo venezuelanos no Brasil<sup>12</sup>

Data	Instrumento político	Diretriz
15/2/2018	Medida Provisória nº 820	Estabelece medidas de assistência de emergência para o recebimento de imigrantes; reconhece a crise humanitária e cria o Comitê Federal de Assistência de Emergência (CFAE).
15/2/2018	Decreto Nro.	Reconhece a situação de vulnerabilidade do fluxo migratório, para o estado de Roraima, causado pela crise humanitária.

12 Cfr. Migração Venezuela-Roraima: evolução, impactos e perspectivas. IPEA, 2021.

	9.285	
15/2/2018	Decreto Nº. 9.286	Define a composição, competências e regras de funcionamento da CFAE.
21/2/2018	Resolução nº 1	Indica o coordenador operacional da CFAE e estabelece suas atribuições.
9/3/2018	Medida Provisória nº 9/3/2018 823	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, na forma de recursos para assistência de emergência e recepção humanitária de pessoas vindas da Venezuela.
26/3/2018	A Resolução nº 2	Estabelece o Subcomitê Federal de Interiorização de Imigrantes no Estado de Roraima e estabelece suas competências.
2/5/2018	A Resolução nº 3	Estabelece o Subcomitê Federal de Acolhimento, Identificação e Triagem de Imigrantes no Estado de Roraima.
2/5/2018	Resolução Nº 4	Estabelece o Subcomitê Federal de Ações de Saúde para Imigrantes.
21/6/2018	A Lei nº 13.684	Prevê medidas de assistência de emergência para o recebimento de pessoas em situações de vulnerabilidade resultantes do fluxo migratório provocado pela crise humanitária.
8/10/2018	A Resolução nº 5	Inclui o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos no Subcomitê Federal para a Interiorização dos Migrantes.
20/11/2018	Medida Provisória nº 857	Abre crédito extraordinário para o Ministério da Defesa, no âmbito do programa de assistência de emergência e recepção humanitária de pessoas vindas da Venezuela.
28/12/2018	Resolução nº 6	Estabelece o Subcomitê de Acolhimento de Imigrantes Vulneráveis da Venezuela.

### 2.3 Outras estruturas normativas

A Resolução Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017, entre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, o Comitê Nacional para Refugiados - CONARE, o Conselho Nacional de Imigração - CNIg, e a Defensoria Pública da União - DPU, estabelece procedimentos para identificação preliminar, cuidados e proteção para crianças e adolescentes desacompanhados ou separados, e fornece outras disposições.

A Portaria Interministerial nº 9/2018, de 14/03/2018, permitiu a regularização da migração por residência temporária para migrantes e refugiados venezuelanos. Ela regula a autorização de residência oferecida ao imigrante proveniente de um país fronteiriço onde o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados está em vigor. De acordo com esta portaria, a autorização temporária é válida por dois anos e o pedido de conversão em permanente pode ser feito três meses antes da data de expiração do documento.

A Portaria Interministerial Nº 15, de 28/08/2018, dispensou a necessidade de um documento declarando a filiação, sendo suficiente uma autodeclaração do migrante ou refugiado venezuelano para fazer o pedido de residência no país.

A Portaria Interministerial Nº 19, de 23 de março de 2021, permitiu a regularização da migração através da residência temporária para migrantes e refugiados venezuelanos.

### 3. Políticas públicas e atores

A ação do Estado brasileiro em resposta ao fenômeno da migração venezuelana, e dentro dela a população jovem em particular, tem se concentrado na chamada Operação - Comitê Federal de Assistência Emergencial, mais conhecida como Operação Acolhida, que descrevemos a seguir, apresentando também o papel dos diversos órgãos estatais, bem como a participação de outras entidades que fazem parte da "Força Tarefa" constituída.

A federalização da assistência humanitária aos migrantes e requerentes de asilo venezuelanos em Roraima aconteceu em resposta a um pedido das autoridades de Roraima, especialmente nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, que estavam mostrando limitações em sua capacidade de responder à situação.

Ao federalizar a assistência, o Governo Federal realiza o trabalho de recepção, identificação e recepção de migrantes e refugiados venezuelanos. A Operação Acolhida se baseia em três pilares: organizar a fronteira, abrigar e interiorizar refugiados e migrantes. A primeira está relacionada à organização do movimento de venezuelanos, sendo recebidos e identificados. A segunda está ligada à assistência social, oferecendo condições dignas de abrigo, alimentação e a possibilidade de assistência médica. Os abrigos são organizados para receber separadamente homens solteiros, mulheres solteiras, casais com e sem filhos, LGBTQI+ e povos indígenas da etnia Warao. Os abrigos recebem 3 refeições por dia e têm lavanderia e assistência médica, entre outros serviços. Finalmente, através do processo de interiorização, os venezuelanos são enviados a outras unidades da Federação onde têm maiores possibilidades de inclusão socioeconômica. Em uma segunda fase da Operação, novas ações estão em andamento, priorizando ações relacionadas a: acesso à documentação; inclusão socioeconômica de imigrantes, requerentes de asilo e refugiados no país; e sustentabilidade econômica da operação.

#### 3.1 Órgãos do Governo Federal envolvidos na Operação Acolhida

Casa Civil: Coordena toda a Operação.

Ministério da Defesa: Tem um papel transversal na Operação Acolhida, fornecendo apoio logístico a todas as ações, desde a gestão de fronteiras, tarefas de abrigo e interiorização.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Responsável pelo controle e regularização da migração, através da Polícia Federal, além da política de migração brasileira, incluindo a mão-de-obra. É também responsável pela avaliação dos pedidos de refugiados no país, junto ao Conselho Nacional para Refugiados (Conare).

Ministério da Educação: Responsável pelas atividades educacionais e pela coordenação com os órgãos federativos locais para a promoção e organização de iniciativas no campo da educação. Nos abrigos em Roraima e na estrutura de fronteira, estas ações são apoiadas pela UNICEF.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Atua em ações para garantir a proteção das famílias, das crianças e dos direitos humanos.

Ministério da Cidadania: Responsável pela gestão dos abrigos de migrantes e refugiados venezuelanos em Roraima, além dos abrigos de destino no interior. Ele também desempenha um papel importante em ações para promover a inclusão socioeconômica de migrantes e refugiados venezuelanos, através de iniciativas de acesso ao mundo do trabalho, qualificação profissional, entre outros. Além disso, coordena o processo de interiorização.

Ministério das Relações Exteriores: Coordena a participação brasileira em fóruns internacionais e regionais sobre a questão dos migrantes e refugiados venezuelanos. Promove a divulgação

internacional dos esforços brasileiros de recepção humanitária e estabelece relações político-estratégicas entre o Brasil e as agências especializadas das Nações Unidas.

Ministério da Economia: Responsável pelas ações para promover a inclusão e o acesso ao mundo do trabalho, em conjunto com o Ministério da Cidadania, além da emissão do Cadastro de Pessoa Física (CPF) para migrantes e refugiados venezuelanos.

Ministério da Saúde: Responsável pelas ações de promoção da saúde, controle de surtos e epidemias, assim como a coordenação com entidades federativas locais para garantir uma resposta adequada em matéria de saúde.

Ministério do Desenvolvimento Regional: Responsável pelas políticas públicas de infraestrutura urbana e pela promoção do desenvolvimento regional e produtivo. As ações desta carteira procuram apoiar os 5.570 municípios brasileiros na melhoria da qualidade de vida da população, e coordena a política nacional de defesa civil.

Gabinete de Segurança Institucional: Responsável pela governança do Programa Integrado de Proteção de Fronteiras (PPIF), em conjunto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Secretaria de Governo da Presidência da República: coordena com entidades federais, sociedade civil e organizações internacionais, aprimorando o processo de interiorização.

### **3.2 Otros actores del Estado brasileño con actuación relevante:**

Gobierno de Roraima - SETRABES: Secretaría de Trabajo y Bienestar Social. Gestor de buena parte de las políticas sociales del gobierno del estado de Roraima. Implementa incluso lo que en principio correspondería a los municipios (que no ejecutan su mandato constitucional). Implementan los distintos programas, sin distinción entre nacionales y población migrante. Gestiona casas de abrigo para población necesitada (adolescentes, mujeres víctimas de violencia, etc.).

Prefectura de Boa Vista. Existen algunas acciones que benefician a la población migrante realizadas por entidades como la Secretaría Municipal de Salud y la Secretaría Municipal de Gestión Social.

Consejo Tutelar en Boa Vista. Ejerce las funciones de escuchar, orientar, aconsejar, encaminar y acompañar los casos que involucren a niños, niñas y adolescentes que precisen de medidas de protección. Sus atribuciones están establecidas en el Estatuto del Niño y del Adolescente, art. 136.

Entidades Federales también presentes: Fundación Nacional de Salud (Funasa); Ministerio Público del Trabajo – MPT; Universidad Federal de Roraima – UFRR; Universidad Estatal del Estado de Roraima (UERR).

### **3.3 Organizações Internacionais**

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR): complementa os esforços do governo para fornecer abrigo de emergência para os venezuelanos. Ele atua no planejamento da organização dos abrigos, tendas, itens de assistência, pontos de água, registro biométrico, mobilização comunitária, disseminação de informações e gerenciamento de abrigo. Abriu 14 abrigos temporários em Boa Vista e Pacaraima, abrigando mais de 6 mil venezuelanos.

Para promover a integração de refugiados e migrantes em suas comunidades anfitriãs, o ACNUR está trabalhando em estreita colaboração com as autoridades locais e o setor privado e apoia a oferta de treinamento profissional para venezuelanos. O ACNUR também está apoiando



a interiorização de refugiados e migrantes venezuelanos do estado de Roraima para outras partes do país, onde há mais oportunidades de emprego e serviços.

Organização Internacional para as Migrações (OIM). Como agência intergovernamental líder no campo da migração, ela trabalha em estreita colaboração com parceiros governamentais, intergovernamentais e não governamentais. A OIM se dedica a promover uma migração segura, ordenada e digna, prestando serviços e consultoria a governos e migrantes. No Brasil, está presente em 10 cidades de 9 estados brasileiros, incluindo Roraima, e coordena, juntamente com o ACNUR, a resposta humanitária da Organização das Nações Unidas (ONU).

UNFPA - United Nations Population Fund: Como agência das Nações Unidas especializada no patrocínio de programas de política populacional, ela implementa programas destinados a garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres refugiadas e migrantes.

Outras agências envolvidas são: o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); UNDP - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Comitê Internacional da Cruz Vermelha - CICV; Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS; USAID.

### **3.4 Instituições estatais venezuelanas (Governo do Guaidó):**

O Centro de Atenção Venezuelana (CAV) em Roraima, inaugurado pela Embaixada da Venezuela no Brasil em 1º de outubro de 2020. Serviços: Certificação de Certidões de Nascimento, Autenticação de Carteira de Motorista, Certidões de Casamento e Morte, e Certidões de Vida. Eles também fornecem apoio para o Registro Consular. O maior número de solicitações recebidas no CAV, com um total de 581, concentrou-se na certificação da carta de condução venezuelana. Esta certificação é um documento essencial para o intercâmbio com o DETRAN, a mais alta autoridade estadual de trânsito, a fim de obter a licença brasileira. Todos os procedimentos realizados pelo CAV são gratuitos.

### **3.5 Organizações da sociedade civil em Boa Vista**

Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – SJMR; IMDH Solidário; Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA; Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima – CMDH; Fraternidade – Federação Humanitária Internacional (FFHI) (Servicios: educación, primeros auxilios (psicología y trauma), local de recepción, empleabilidad y asistencia jurídica); Exército da Salvação Boa Vista – Centro de Convivência e Atendimento Psicossocial (Servicios: elaboración de currículos, asistencia social; asistencia jurídica; asistencia psicológica; documentación, cursos/apoyo a plataformas online; grupos de apoyo); Visão Mundial (Servicios: Proyectos de WASH y empleabilidad y emprendedurismo, con capacitaciones en lengua portuguesa, cursos vocacionales y mentoría en emprendedurismo); Cáritas - Centro de Migração e Direitos Humanos (Servicios: Educación: Asesoría legal para el acceso al sistema educativo/ Refuerzo escolar. Protección: Asistencia Legal. Información: Identificación y derivación de casos con necesidades específicas); Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI): Colabora con la Operación Acogida, gestionando centros de acogida de migrantes y refugiados venezolanos, en Boa Vista y Pacaraima (RR), además de contribuir con la interiorización voluntaria, para diferentes ciudades brasileras, por medio de alianzas con el Departamento de Población, Refugiados y Migración (PRM) del Gobierno de los Estados Unidos. A través de UNICEF, AVSI también colabora con la protección de niños y adolescentes que ingresan en el país desacompañados y separados.

En el proceso de investigación no se identificó ninguna asociación de jóvenes venezolanos actuando en Boa Vista de manera consolidada. Se identificaron, sí, algunas iniciativas



incipientes de solidaridad ante necesidades específicas e interés en poner en marcha actividades de carácter cultural y político.

#### 4. Recursos e serviços

Abaixo apresentamos uma lista indicativa dos principais recursos e serviços oferecidos à população migrante venezuelana em Boa Vista, além daqueles oferecidos pela resposta estatal através da Operação Acolhida. Para esta lista, utilizamos a Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela, coordenada pelo ACNUR e pela OIM.

Tabela 2: principais recursos e serviços oferecidos para a população migrante venezuelana em Boa Vista<sup>13</sup>

Recurso	Tipo de serviço	Nº de Centros
Água, Saneamento e Higiene	Acceso a banheiros e/o latrinas seguras	8
	Acceso a chuveiros seguros	8
	Acceso a estações de lavagem de roupa	3
	Entrega de kit de higiene	1
	Pontos de hidratação	7
	Pontos de lavado de manos	1
Abrigamento Temporal Coletivo	Albergue	1
Apoio financeiro	Apoio financeiro	2
Conectividade e logística	Telefonia gratuita	4
	WiFi gratuito	2
Educação	Assessoria legal - acesso ao sistema educativo	11
	Reforço escolar	9
Informação	Identificação e encaminhamento de casos com necessidades específicas	8
	Informação e orientação	19
Meios de vida	Capacitação técnico-profissional	7
	Informação e orientação	9
	Orientação e intermediação laboral	3
	Promoção de empreendimentos	1
Nutrição	Hidratação e alimentação	8
	Informação e orientação	1
Proteção Legal	Assessoria Legal	8
	Assistência Legal	5
Proteção Reunificação familiar	Restabelecimento de contato familiar	6
Proteção de pessoas com necessidades específicas	Gestão de casos com necessidades específicas	3
	Informação e orientação	5
	Legal	2
Proteção da Infância e Adolescência	Atividades de grupo para o bem-estar infantil	8
	Apoio financeiro	2
	Assistência/Apoio legal	1
	Espaço amigável	7
	Gestão de casos	2
	Informação e orientação	5
	Saúde mental e apoio psicossocial	8
Proteção contra Tráfico e contrabando de pessoas	Assistência legal	4
	Gestão de casos de contrabando/tráfico	1

13 Fonte: R4V – Mapa de Espaços de Suporte: <https://espacios.r4v.info/es/map>

	Informação e orientação	3
Proteção contra Violência de gênero	Apoio psicossocial	4
	Assistência legal	6
	Gestão clínica para vítimas de estupro	2
	Gestão de casos	4
	Informação e orientação	8
Saúde	Atenção Primária de Saúde	8
	Conselho/ Tratamento HIV	1
	Entrega Kit de Dignidade	6
	Identificação e referência de casos de saúde	14
	Informação e orientação	15
	Outros Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva	2
	Vacinação	9
Segurança Alimentar	Cupões para alimentos (cupões ou dinheiro)	1
Transporte Humanitário	Transporte diário (acesso a serviços básicos, assistência de proteção, processos de regularização, outros)	1

## 5. Elementos relevantes que devem ser considerados em relação à resposta perante à migração venezuelana

Embora exista um desenvolvimento normativo significativo para garantir os direitos dos migrantes e refugiados no Brasil, tal processo não aborda especificamente a situação da população migrante jovem.

O Brasil não implementou uma política de migração nacional, que é um compromisso do Estado brasileiro baseado em sua própria lei de migração. Toda a resposta do Estado se concentrou na chamada "Operação Acolhida". A resposta oferecida à população migrante venezuelana responde a uma lógica operacional, que, embora permita a implementação da resposta humanitária necessária, é limitada por sua natureza discricionária.

A maioria dos atores entrevistados concorda que, embora seja uma política com vários pontos positivos que tem permitido a gestão da entrada contínua da população venezuelana, falta-lhe uma visão de médio e longo prazo que considere a plena integração de migrantes e refugiados como uma prioridade. A este respeito, há consenso de que é necessário ir além da resposta de emergência, dos cuidados e da assistência fragmentados e da priorização da estratégia de interiorização, para abordar, por um lado, a inclusão de migrantes e refugiados nas políticas públicas locais e nacionais e, por outro, dar respostas abrangentes tanto para a população residente em Roraima quanto para aqueles que optam por se estabelecer em outro estado do país. Além disso, considera-se essencial fortalecer as estruturas do Estado brasileiro, descentralizar os serviços e fortalecer as capacidades locais como forma de acabar com a falta de diálogo e a lacuna existente entre a resposta humanitária e as políticas públicas da União e suas entidades federativas.

Embora a ação humanitária oferecida pelo Estado brasileiro tenha sido concentrada na chamada Operação Acolhida, coordenada pela Casa Civil com o exército brasileiro como principal executor, ela envolve vários atores estatais, interestaduais e não estatais. As ações desses órgãos são insuficientemente coordenadas, e é necessário um plano de ação mais integrado.

Da mesma forma que a ação estatal cabe em grande parte às Forças Armadas, grande parte da resposta da sociedade civil é implementada por organizações religiosas, com tudo o que isso implica em termos de definição dos critérios para sua ação de acordo com certos parâmetros

morais, que acabam afetando os direitos sexuais e reprodutivos, processos de autoidentificação, entre outros.

Da população jovem venezuelana presente em Boa Vista, os seguintes grupos são particularmente vulneráveis: mulheres jovens expostas ao tráfico e contrabando de pessoas para exploração sexual, homens jovens sujeitos a trabalho escravo, homens jovens recrutados pelo crime organizado, LGBTQI+ vítimas de violência lesbofóbica, homofóbica e transfóbica, e jovens indígenas em geral.

## 6. Recomendações a partir da Identificação dos fatores de risco desde uma abordagem de prevenção de atrocidades

Com base no diagnóstico realizado até agora, faremos uma série de recomendações destinadas a prevenir possíveis violações dos direitos humanos, que é o principal objetivo deste relatório. Além das ações de reparação necessárias, há muito que pode ser feito para evitar a escalada de conflitos e a ocorrência de violações de direitos humanos. Contribuir nesse sentido é a preocupação central deste texto.

A partir de uma abordagem precoce de prevenção de atrocidades, baseada no Quadro de Análise de Crimes por Atrocidade das Nações Unidas de 2014, na Tabela 3, complementada com as importantes contribuições de James Waller identificamos vários fatores de risco comuns e específicos com respeito à população venezuelana presente no estado de Roraima, com ênfase na população adolescente e jovem da cidade de Boa Vista.

Consideramos que embora vários desses fatores estejam presentes de forma indireta ou incipiente, eles constituem um sinal de alarme, uma vez que crimes hediondos são cometidos em larga escala, mas não são atos espontâneos ou isolados, mas processos, com histórias, precursores e fatores desencadeantes que, combinados, tornam possível sua comissão. A expulsão de venezuelanos e a queima de seus pertences em 2018, a invasão em 2021 da casa de atenção a migrantes de São José por parte da polícia armada, bem como a alta politização e o uso de discursos abertamente xenófobos e discriminatórios pelos líderes locais contra a população venezuelana em Roraima são apenas alguns exemplos. Portanto, as recomendações que fazemos neste relatório visam visibilizar um problema e os riscos que ele implica, ao mesmo tempo em que procuram promover medidas para prevenir uma escalada da violência e ajudar os governos locais (Boa Vista e Roraima) e o Estado brasileiro a identificar dificuldades em sua capacidade e estratégias para prevenir atrocidades.

Tabela 3. Fatores e indicadores de risco identificados com relação à população venezuelana em Roraima

<b>Fatores de risco</b>	<b>Indicadores</b>
1. Situações de conflito armado ou outras formas de instabilidade	1.3 Crises ou emergências humanitárias, incluindo as causadas por catástrofes naturais ou epidemias.
3. Estruturas estatais fracas	3.10. Recursos insuficientes para implementar medidas gerais de proteção das populações.
4. Motivos ou incentivos	4.4 Outros interesses, incluindo aqueles que buscam homogeneizar a identidade de uma área. 4.5. Ameaças reais ou percebidas por indivíduos, populações ou grupos protegidos contra os interesses ou objetivos dos agressores, incluindo a

	<p>percepção de deslealdade a uma causa. 4.7. Ideologias baseadas na supremacia de uma identidade particular ou versões extremistas de identidade.</p> <p>4.8. Politização de queixas, tensões ou impunidade do passado.</p>
5. Capacidade de cometer crimes hediondos	5.5 Presença de outras forças armadas ou de grupos armados não estatais ou ligações com eles.
6. Ausência de fatores atenuantes	<p>6.1. Limitação ou ausência de processos de empoderamento, recursos, aliados ou outros elementos que possam contribuir para a capacidade de pessoas, populações ou grupos protegidos de se protegerem.</p> <p>6.11. Ausência de mecanismos de alerta precoce relacionados com a prevenção de crimes de atrocidade.</p>
7. Circunstâncias propícias ou ações preparatórias	<p>7.11. Destruição ou saque de bens ou instalações essenciais aos indivíduos, populações ou grupos protegidos, ou de bens relacionados à identidade cultural e religiosa.</p> <p>7.13. Aumento da politização da identidade, eventos passados ou motivos para o uso da violência.</p> <p>7.14. Aumento da retórica inflamatória, campanhas de propaganda ou incitação ao ódio contra indivíduos, populações ou grupos protegidos.</p>
8. Fatores desencadeantes	8.7. Atos de incitação ao ódio ou propaganda contra certos grupos ou indivíduos.
9. Tensões intergrupais ou padrões de discriminação contra grupos protegidos	9.1 Práticas, políticas ou atos legislativos discriminatórios, segregacionistas, restritivos ou excludentes, atuais ou passados, contra grupos protegidos.
11. Evidência de ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil	<p>11.1 Evidência de padrões de violência contra populações civis ou membros de um grupo identificável, e contra seus bens, meios de subsistência e símbolos culturais ou religiosos.</p> <p>11.4 Utilização da mídia ou de outros meios para provocar ou incitar atos de violência.</p>

Elaboración propia. Fuente: Marco de Análisis para crímenes atroces de las Naciones Unidas de 2014.

Além dos fatores indicados na Estrutura das Nações Unidas para a Análise de Crimes por Atrocidade, também apontamos alguns outros fatores, com base nas contribuições do especialista James Waller<sup>14</sup>. Assim, acreditamos que é importante considerar também fatores relacionados a:

1. Antecedentes do conflito

a) Antecedentes das tensões relacionadas à identidade.

2. Condições econômicas

<sup>14</sup> Waller, 2016. Op. cit.

- a) Discriminação econômica
- b) Deterioração econômica
- c) Crescimento das economias informais e dos mercados negros

### 3. Fragmentação social

- a) Divisões sociais baseadas na identidade
- b) Pressões demográficas
- c) Desigualdade no acesso a bens e serviços básicos
- d) Desigualdade de gênero.

## 6.1 Recomendações

Tendo como foco a prevenção de atrocidades e violações maciças dos direitos humanos, vamos agora descrever algumas recomendações que devem levar em consideração os seguintes critérios gerais de ação:

- Trabalhar para dar visibilidade, fortalecer e articular processos e organizações que já existem e têm atendido à migração venezuelana e à juventude em nível local;
- Orientar estratégias de forma a facilitar o protagonismo e a maior participação possível dos próprios jovens migrantes venezuelanos;
- Criar estratégias que abordem de forma diferenciada a situação dos grupos populacionais que se encontram em situação de maior vulnerabilidade (mulheres, adolescentes desacompanhados, povos indígenas, população LGBTIQ+, população que vive nas ocupações e nas ruas etc.);

Além das ações que podem ser desenvolvidas em Boa Vista, também é importante prestar atenção à particular fraqueza ou falta de resposta no interior do estado de Roraima.

### *Recomendações*

1. Projetar e implementar uma pesquisa integral de opinião pública para determinar a percepção que a população de Boa Vista tem da população venezuelana, com ênfase no caso dos jovens migrantes. Este estudo, de natureza mista, deve combinar uma pesquisa representativa da população local, grupos focais e análise avançada de redes sociais, a fim de compreender questões-chave como os principais discursos associados à migração venezuelana, identificando percepções positivas, bem como os principais quadros de xenofobia, ódio e discriminação; o perfil de quem os formula, em termos de idade, sexo, renda familiar, nível educacional e local de residência; e os principais canais de divulgação e influenciadores (políticos, jornalistas, artistas, etc.). Desta forma, será possível utilizar evidências empíricas para orientar campanhas e ações de comunicação subsequentes com o objetivo de aumentar a conscientização, dismantlar o discurso do ódio e a desinformação, elaborar políticas públicas, treinamentos etc. No futuro imediato, dado que em 2022 haverá eleições locais e nacionais, que no passado recente se prestaram à disseminação de mensagens xenófobas, será importante ter as informações deste estudo para permitir o trabalho de lobby para conter este tipo de prática por parte dos diferentes setores políticos.
2. Implementar campanhas de comunicação sobre os efeitos positivos da migração e aumentar a conscientização sobre a situação da população migrante venezuelana e seus direitos. É importante que estas campanhas desconstruam e combatam os discursos de xenofobia, ódio e discriminação contra os migrantes, dismantlando mitos sobre a

migração e tornando visíveis suas contribuições (incluindo sua contribuição para a economia). As estratégias de comunicação devem ser concebidas de forma prática e direta, destacando as histórias de sucesso e integração da população venezuelana em nível local, e devem promover mensagens positivas sobre a migração e seus impactos, bem como sobre a boa convivência entre venezuelanos e habitantes locais. Tais estratégias deveriam ser promovidas por instituições locais e influenciadores identificados através do estudo proposto na recomendação 1 e poderiam ser transmitidas através de vários formatos (rádio, websites, séries de vídeo na internet, redes sociais etc.) ou poderiam ser concebidas no âmbito de festivais artísticos, musicais, gastronômicos, entre outros.

3. Implementar, em conjunto com organizações e instituições educacionais locais, processos práticos de treinamento (presencial, híbrido e online) que proporcionem conhecimento da realidade da população migrante venezuelana (incluindo a realidade do país de origem), seus direitos, bem como estratégias para evitar violações maciças de seus direitos humanos. Além dos funcionários públicos (ou outros prestadores de serviços) que realizam as tarefas de atendimento e ajuda humanitária à população migrante, esses processos de treinamento devem ser dirigidos aos jornalistas locais e aos assessores de imprensa dos órgãos governamentais. Para este fim, recursos já disponíveis como o Guia para Comunicadores: [Migrações, Refúgio e Apatridia](#) (2019) podem ser utilizados. As propostas de treinamento em prevenção também devem ser adaptadas às realidades nacionais, regionais e locais. Um exemplo claro do que temos proposto é a necessidade de enfrentar a grave ameaça que as redes do crime organizado no Brasil representam para os jovens migrantes venezuelanos, com presença em Boa Vista; um problema com características particulares que deve ser abordado em qualquer estratégia de prevenção. Para tanto, a articulação com organizações do território, assim como com universidades ativas na área, pode ser de grande benefício. Cada um desses processos também deve abordar os perfis particulares dos diferentes grupos-alvo. Outros importantes processos de treinamento que devem ser promovidos em vários formatos (presencial, híbrido e online) e certificados oficialmente têm a ver com o idioma (português para venezuelanos; espanhol para funcionários públicos com responsabilidade de atendimento, professores etc.). Uma boa prática que pode ser replicada por instituições locais são os cursos online de português para migrantes, certificados por instituições como a OIM em conjunto com universidades brasileiras.
4. Embora novos marcos regulatórios não pareçam necessários, em termos de políticas públicas é importante promover processos que permitam a integração e articulação da resposta que está sendo dada tanto pelas entidades estatais quanto pela sociedade civil e organizações internacionais; um bom exemplo são as mesas-redondas interinstitucionais. Estes espaços já estão sendo construídos em nível local, e é por isso que fortalecê-los é uma boa opção. Ao mesmo tempo, será essencial direcionar as ações em uma direção que permita identificar a necessidade de superar a lógica operacional do Estado, avançando na concepção e implementação de uma política nacional de migração, compromisso que está pendente desde a entrada em vigor da nova lei de migração.
5. Criar um manual de comunicação contra a xenofobia e desinformação sobre questões de migração para a prefeitura de Boa Vista e outros órgãos públicos, bem como para profissionais dos setores de comunicação e educação. Tal manual poderia reunir tanto evidências científicas sobre migração internacional quanto os resultados da pesquisa específica sobre a realidade local proposta na recomendação n. 1 e poderia conter recursos essenciais a serem utilizados regularmente e em situações de emergência,

- como campanhas de ódio, surtos xenófobos etc. Tais recursos incluirão um abrangente contra-argumentário sobre os enquadramentos negativos mais comumente utilizados na questão da migração; fontes de dados nacionais e internacionais sobre a questão; lista de contatos relevantes: especialistas, organizações de direitos humanos e migrantes e jornalistas relacionados; manual de crise de emergência sobre a questão; plano de comunicação para a mídia institucional, incluindo modelos e informações-chave para a elaboração de comunicados de imprensa, concessão de entrevistas, etc.
6. Incentivar a participação do governo local de Boa Vista na resposta à migração venezuelana através de estratégias locais de governança migratória e do desenho de políticas públicas. Neste sentido, a participação dos governos locais deve ser encorajada em iniciativas como [Migracidades](#), que oferecem treinamento e aconselhamento, certificam as competências dos governos locais em questões de migração e tornam visíveis as boas práticas na gestão da migração local, além de ser um espaço para o intercâmbio de experiências e a formação de redes de cooperação entre os governos locais. Atualmente, apesar da importância da migração em Boa Vista, a prefeitura não participa do projeto, e o único representante local é o governo do estado de Roraima (desde 2021). Além da participação nominal anual, é importante que o governo local dê continuidade ao seu trabalho de governança migratória para que seu desempenho possa ser devidamente avaliado e monitorado. Neste sentido, uma boa prática seria a criação de um Plano Municipal de Políticas Públicas para migrantes, seguindo o exemplo de cidades como São Paulo, e a criação de um Conselho Municipal para Migrantes, um órgão consultivo permanente que inclui a representação de migrantes e membros da sociedade civil com o objetivo de participar na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas voltadas para a população imigrante e refugiada da cidade. É importante notar que este processo já está em andamento pela sociedade civil local e deve ser apoiado e reforçado, permitindo que ele inclua um foco na prevenção de violações de direitos humanos e atrocidades.
  7. Planejar, juntamente com a administração e organizações locais, pequenas oficinas de treinamento e materiais impressos e online que permitam à população jovem venezuelana aprender direta e facilmente sobre seus direitos e os recursos e serviços disponíveis em Boa Vista e no Brasil em geral (incluindo outras fontes de informação existentes, que estão dispersas e nem sempre de fácil acesso). A participação direta dos jovens venezuelanos na elaboração destas oficinas e na distribuição de materiais é indispensável. Por outro lado, embora existam vários livretos e portais informativos com informações disponíveis em português e espanhol, considerando as necessidades específicas da população indígena, boas práticas como a tradução de guias básicos de recursos e direitos para migrantes em idiomas como o Warao podem ser replicadas.
  8. A fim de prevenir fenômenos como o trabalho escravo ou análogo à escravidão, bem como o tráfico de pessoas e o contrabando para exploração laboral ou sexual, é essencial oferecer treinamento aos migrantes venezuelanos em um formato e linguagem acessíveis sobre leis e direitos trabalhistas no Brasil. Da mesma forma, é importante promover treinamento prático sobre como criar um currículo e/ou comportar-se em uma entrevista de emprego e onde e como relatar situações de abuso ou exploração. Na mesma linha, é urgente criar mecanismos de supervisão nos processos de contratação ligados à interiorização de migrantes venezuelanos; além da necessária investigação e sanção dos casos que foram identificados.
  9. Fortalecer programas de cuidado e proteção para adolescentes e jovens migrantes, como os espaços *Súper Panas* promovidos pela UNICEF e outros atores, as Casas de Abrigo (Casas Lares) e os abrigos municipais e estaduais, bem como o apoio psicossocial e sua



inclusão em redes escolares e de assistência social (CRAS e CREAS). Dada a urgência de cuidar de adolescentes indocumentados, desacompanhados ou separados, é importante promover processos de reunificação familiar e formas alternativas de cuidado, tais como programas de [Famílias Acolhedoras](#) em nível local e nacional.

10. Implementar processos de treinamento de liderança e estratégias de advocacy com jovens migrantes venezuelanos e identificar, apoiar e fortalecer suas iniciativas e espaços organizacionais. É essencial promover a participação ativa dos representantes dos diversos grupos que compõem a juventude venezuelana presente em Boa Vista (mulheres, LGBTQIA+, indígenas etc.). Tal processo torna-se ainda mais relevante em um contexto no qual Roraima, e Boa Vista em particular, está debatendo políticas públicas e estratégias de assistência à juventude que não podem ignorar o ponto de vista e as necessidades dos jovens migrantes venezuelanos presentes no território.
11. Promover políticas públicas em áreas como emprego, educação, saúde, cultura, esporte e lazer para a juventude de Boa Vista que incluam as necessidades e os pontos de vista dos jovens migrantes. Na mesma linha, é essencial promover medidas para prevenir o abuso de drogas e álcool e superar a dependência de drogas e álcool, bem como estratégias para prevenir a cooptação de jovens migrantes pelo crime organizado. Tais estratégias devem incluir uma abordagem diferenciada para os grupos mais vulneráveis afetados por estes problemas, como os jovens indígenas e os jovens que vivem em ocupações informais ou nas ruas ao redor da Rodoviária de Boa Vista.

A partir deste conjunto de recomendações, com vistas a um possível plano de ação a ser implementado a curto e médio prazo (2 anos), gostaríamos de insistir nas seguintes recomendações:

1. Pesquisa de opinião (recomendação 1);
2. Sensibilização (recomendações 2 e 5);
3. Formação (recomendação 3).

Relatório preparado por:

Manuel E. Gándara Carballido

29/11/2021



## Anexo 1. Metodología y entrevistas

Las informaciones descritas en el Informe sobre la situación de adolescentes y jóvenes venezolanos en Boa Vista están basadas en la revisión de literatura especializada, análisis documental y datos secundarios de organizaciones internacionales como UNICEF, ACNUR, OIM y UNFPA, así como de órganos estatales y locales como el Ministerio de Ciudadanía y la Secretaría de Educación del Estado de Roraima. Las informaciones son también resultado de la realización de 14 entrevistas con informantes clave de la ciudad, realizadas de forma online a lo largo de los meses de agosto y octubre de 2021 (Tabla 1), y de consultas a entidades con actuación local o que trabajan con migración venezolana.

**Tabla 1: Lista de entrevistas realizadas con informantes clave**

Perfil	Cargo y entidad	Fecha
1. Representante de ONG religiosa	Secretario Ejecutivo de Cáritas de Roraima	03/08/2021
2. Profesor universitario especialista en migraciones venezolanas	Profesor adjunto en la Universidad Federal de Roraima (UFRR). Miembro de la Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM/UFRR)	07/08/2021
3. Representante de organización religiosa	Miembro de la Congregación de Hermanos Maristas con actuación en proyectos con adolescentes migrantes venezolanos	09/08/2021
4. Representante de la Defensoría Pública	Miembro del Grupo de Trabajo sobre Migración, Apatridia y Refugiados de la DPU	11/08/2021
5. Representante de ONG Internacional	Responsable por la implementación de proyectos de educación, protección y alimentación de niños y adolescentes venezolanos. Actúa también en el fortalecimiento de la red pública de protección e inclusión de niños y adolescentes migrantes en la red pública	12/08/2021
6. Representante de ONG religiosa	Coordinadora de Proyectos en el Servicio Jesuíta a Refugiados (SJR)-Brasil	12/08/2021
7. Joven venezolana	Madre, pedagoga, voluntaria en	26/08/2021

	una ONG local	
8. Representante de organización internacional	Agente de protección de niñez y adolescencia de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM)	27/08/2021
9. Joven venezolano	Joven miembro del colectivo LGBTI+ y voluntario en una ONG local	30/08/2021
10. Representante del gobierno local	Secretaría de Educación del Estado de Roraima (SETRABES)-Departamento de Protección Social y División de Complejidad	31/08/2021
11. Representante de autoridad venezolana presente en Roraima (Gobierno de Juan Guaidó)	Centro de Atención al Venezolano (CAV)	31/08/2021
12. Representante de organización internacional	Jefe de la misión del Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA) en Roraima	13/09/2021
13. Representante de organización internacional	Oficial de Protección de niñez y adolescencia-UNICEF	24/09/2021
14. Representantes de la Operación Acogida*	Miembros de la Assessoria para Assuntos de Migrações da Secretaria Nacional de Assistência Social -Ministério da Cidadania	8/10/2021

\*Entrevista realizada por email.